

Escravos e Senhores no Brasil no Início do Século XIX: São Paulo em 1829

FRANCISCO VIDAL LUNA

HERBERT S. KLEIN

Resumo

A partir dos censos manuscritos nominativos, objetivamos aprofundar o estudo da população escrava e seus proprietários. Seleccionamos três localidades da Província de São Paulo em 1829: Mogi das Cruzes, Itu e a própria cidade de São Paulo. Consideramos variáveis relevantes, tais como sexo, idade, origem, estado civil, atividade do proprietário, bem como a estrutura de posse dos escravos. Procuramos comparar nossos resultados com os obtidos em outras pesquisas no Brasil, assim como com evidências existentes para outros regimes escravistas na América, principalmente Estados Unidos e Antilhas. A região estudada representava um caso incomum, até mesmo para os padrões brasileiros, na significativa ocorrência de casamentos entre escravos, muitos dos quais, é provável, formalmente legalizados. Possivelmente em nenhum outro regime escravista da América verificou-se tal proporção de escravos casados legalmente e em poucas províncias brasileiras encontram-se níveis tão elevados de casamentos entre escravos, comparáveis aos da população livre.

Palavras-chave: escravismo, demografia escrava, posse de escravos, casamento de escravos.

Abstract

Through an analysis of the nominal manuscript listings, it was our proposal to make a thorough study of the slave population and its owners. We have selected three communities in the province of São Paulo of 1829: Mogi das Cruzes, Itu and the city of São Paulo. Relevant variables, such as sex, age, origin, marital status, the occupation of the slave owner, as well as the structure of slave ownership, have been taken into consideration. We have attempted to compare our results with those obtained in other research work in Brazil, as well as with evidence of other slave regimes in the Americas, mainly those in the United States and in the West Indies. The region analyzed also revealed a rather uncommon pattern, even by Brazilian standards, in the high marriage rates among its slaves; most probably many of these marriages were performed legally. It is possible that in no other slave regime in the Americas was such a high ratio of legally married slaves to be found; moreover, few other Brazilian provinces experienced such a high incidence of slave marriages, comparable with that of their free population.

Key words: slavery, slave demography, slave holding/ownership, slave marriages.

Os autores são, respectivamente, professor da FEA-USP e professor da Columbia University.

Nos últimos dez anos, o regime escravista tornou-se objeto de significativo esforço de pesquisa no Brasil. Os modelos tradicionais de uma sociedade assentada na "grande lavoura", apresentados no trabalho fundamental de Gilberto Freyre, não mais são aceitos como norma e, pela primeira vez, estuda-se de maneira sistemática as complexidades e variações regionais do sistema escravista ⁽¹⁾. Nesse sentido, estudos recentes sobre Minas Gerais e São Paulo no final do século XVIII e no século XIX revelaram-se de grande importância na determinação de novos padrões e novos campos de pesquisa ⁽²⁾. A maior parte destes estudos baseou-se na análise minuciosa de material contido em censos manuscritos.

No caso deste trabalho, objetivamos, pela análise das listas nominativas manuscritas, aprofundar algumas das recentes evidências a respeito dos escravos e seus proprietários na região centro-sul do Brasil. Assim, selecionamos como objeto de estudo um conjunto representativo de cidades em São Paulo, no início do século XIX.

Apesar de São Paulo apresentar-se, às vésperas da abolição, como uma das três maiores províncias escravistas e cafeeiras do Império, sua importância chegou tardiamente. Durante a maior parte do século XIX, a população escrava manteve-se relativamente reduzida, crescendo lenta e gradativamente através do fluxo constante de escravos trazidos da África e pelo crescimento vegetativo

(1) A reinterpretação de aspectos econômicos e demográficos iniciou-se, fundamentalmente, através de várias teses: SLENES (1976); COSTA (1977); MELLO (1977); LUNA (1980); MARTINS (1980). Estes professores aprimoraram seus trabalhos posteriormente, em uma série de artigos como os de MELLO (1978 e 1983), o estimulante trabalho de MARTINS FILHO & MARTINS (1983) e os artigos sobre a família e a escravidão de SLENES, citados adiante. A estes trabalhos sobre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo deve ser agregado o fundamental estudo sobre os aspectos econômicos e sociais do regime escravista no nordeste, de autoria de SCHWARTZ (1985). Por fim, grande parte das novas pesquisas sobre temas não econômicos do regime escravista encontram-se em MATTOSO (1982).

(2) Um grupo de economistas da Universidade de São Paulo realizou minuciosas pesquisas sobre o escravismo no Brasil, baseadas em dados contidos em censos manuscritos não publicados. Estes trabalhos incluem, entre outros, os estudos de COSTA (1979); LUNA (1981); LUNA & COSTA (1982); COSTA (1982); COSTA & GUTIÉRREZ (1985); GUTIÉRREZ (1987 e 1988) e, por fim, o trabalho de MOTTA (1988b). Trabalhos mais especializados desses autores sobre proprietários de escravos, demografia e família escrava serão citados adiante. Existe também um significativo grupo de pesquisas estudando o censo de Minas Gerais do início do século XIX no CEDEPLAR (Belo Horizonte) e na Universidade Federal de Minas Gerais. Veja, por exemplo, PAIVA (1988), LIBBY & GRIMALDI (1988) e GUERZONI FILHO & NETTO (1988).

da população cativa existente na região. Entretanto, havia baixa densidade na maior parte da província; somente através da expansão da produção cafeeira através do Vale do Paraíba ⁽³⁾ introduziu-se, finalmente, essa cultura em uma área que combinava a produção de açúcar com atividades agrícolas variadas. O café invadiu a província já nos primeiros anos do século XIX, mas apenas em meados da década de 1840 as plantações cafeeiras de porte se instalaram na parte central da província, que veio a se transformar na principal zona produtora de café do Brasil ao longo da segunda metade do século (DEAN, 1976, p. 31).

Infelizmente, as informações demográficas disponíveis para o estudo da economia agrícola paulista e sua população escrava são relativamente limitadas para os propósitos do historiador. Além do censo nacional de 1872 e do censo especial de escravos publicado no final daquela década e meados da década de 1880 - cujas tabelas manuscritas originais se perderam - , as listas nominativas disponíveis datam do início do século XIX, quando o complexo escravista-cafeeiro estava em fase de formação. Em 1829, o governo de São Paulo realizou o último censo de forma ampla e baseado no modelo colonial, compreendendo praticamente a totalidade dos municípios existentes. Ao contrário dos censos posteriores, para este ano as listas manuscritas nominativas encontram-se disponíveis para a maioria das localidades. Em 1836, tentou-se realizar um novo censo em todo o território da província e, nas décadas seguintes, realizaram-se esporadicamente censos locais a nível municipal. Não houve nenhum outro registro tão completo até o primeiro censo nacional de 1872. Assim, o material manuscrito disponível contém dados fragmentados e específicos para algumas localidades e anos, como 1843 e 1850. Portanto, nossa melhor e mais rica fonte sobre idade, sexo, origem, distribuição entre proprietários e ocupação da população escrava, desta importante província do Império brasileiro, provém de um período relativamente inicial na fase de consolidação do complexo cafeeiro-escravista.

Nesta época São Paulo constituía uma província secundária. No ano de 1823, segundo estimativas da época, residiam em São Paulo aproximadamente 21.000 escravos ou 2% do total geral de 1,1 milhão de escravos existentes no

(3) O estudo clássico sobre a produção de café na região do Vale, pertencente à província do Rio de Janeiro, foi realizado por STEIN (1970).

Brasil e, os 259.000 habitantes livres, representavam 9% do total da população livre. Estes números provavelmente subestimam o total de escravos em aproximadamente 10.000 pessoas. Mas, mesmo agregando esse valor, a participação relativa ainda permanece abaixo dos 3%. Possivelmente não ocorreu mudança dramática nestas proporções nos anos precedentes ao censo nacional de 1872. Na estimativa nacional realizada em 1867, os escravos da província atingiam cerca de 75.000 escravos, ou seja, modestos 5% da força de trabalho escrava do país, enquanto os 825.000 habitantes livres representavam 8% da população livre brasileira. Contudo, o forte impacto provocado pelo café já se fazia sentir no censo de 1872. Os 157.000 escravos da província representavam 10% do total da força de trabalho escrava, resultado este surpreendente pois os habitantes livres de São Paulo perfaziam apenas 8% da população livre do Império ⁽⁴⁾.

Em 1829, o complexo cafeeiro apresentava-se em processo de formação na província, ainda primordialmente produtora de açúcar, gêneros alimentícios variados e gado. A produção de café ampliava-se no Vale do Paraíba, mas o açúcar permanecia como a principal cultura agrícola de São Paulo, província importante na produção açucareira, porém não seu principal produtor nacional.

Neste ensaio, tentamos descrever as principais características da força de trabalho escrava e de seus proprietários, nessa fase inicial da atividade cafeeira. Seleccionamos para análise três comunidades representativas: Mogi das Cruzes, com 2.138 escravos, situada no extremo sul do Vale do Paraíba, constituía uma região agrícola tradicional, com força de trabalho relativamente estável e produção variada de gêneros alimentícios, contando ainda com alguma produção de aguardente; Itu, na zona central da província, com 4.173 escravos, significava, juntamente com Campinas, um dos dois principais centros produtores de

(4) IBGE (1987, Tabela 1.4, p. 30). A população estimada para São Paulo, fornecida na compilação reunida por Clotilde Paiva no volume acima, difere substancialmente da população escrava de São Paulo apresentada por José Francisco de Camargo em sua grande pesquisa acerca da população paulista. Ele estimou uma população escrava de 78.013 para 1836 e de 117.731 para 1854 (CAMARGO, 1981; I-III, Tabela 11, p. 18). Nossos próprios cálculos parciais, partindo das listas nominativas da população de 1829 (vide nota 7), indicam que os números de Camargo provavelmente estão corretos. Mesmo ajustada para estes níveis mais elevados, a importância relativa da população escrava paulista nos dois anos pré-censo não muda significativamente. Para a década de 1850, a proporção aumenta para aproximadamente 8% do total do Império; mesmo assumindo uma população escrava de 40.000 pessoas em 1829, ainda assim a proporção seria de apenas 3,5% do total da população escrava brasileira na década de 1820.

açúcar e uma das mais importantes zonas agrícolas da província ⁽⁵⁾; por fim, os 3.446 escravos da cidade de São Paulo formavam uma pequena, porém importante força de trabalho urbana, envolvida tanto em atividades artesanais não especializadas, de pequena escala, quanto em atividades agrícolas realizadas em unidades produtivas de porte reduzido ⁽⁶⁾. Juntas, as três comunidades, com seus 9.450 escravos, participavam com pouco menos de um terço da população escrava da província ⁽⁷⁾.

Estas três áreas sintetizam as principais características da economia regional de São Paulo neste período e, especialmente, do uso e controle do trabalho escravo ⁽⁸⁾. A região de Mogi, tradicional produtora de gêneros alimentícios, sofrera pouca influência do modelo de "grande lavoura", logo representativo da agricultura paulista. São Paulo mostrava um ambiente misto urbano-rural e Itu representava um caso típico da fase inicial de "grande lavoura" que, na segunda metade do século, predominaria na província.

Considerando-se a reduzida população escrava da província, o ritmo de crescimento relativamente lento, bem como a natureza incipiente da agricultura comercial na primeira metade do século XIX, é surpreendente encontrar na região resultados similares ao do Brasil, no referente ao peso dos escravos nasci-

-
- (5) Na década de 1820 existiam aproximadamente 100 engenhos em Itu, com produção da ordem de 100.000 arrobas de açúcar refinado por ano. Embora Campinas superasse temporariamente Itu na liderança da plantação de açúcar na província, nas décadas de 1820 e 1830, Itu recuperou a posição de principal zona de produção açucareira em meados do século (PETRONE, 1968, p. 41-44).
- (6) Faltam dois distritos paulistas no censo de 1829. Porém, em função da pequena população destes dois distritos (872 pessoas), o número de escravos não computados pode ser considerado pouco significativo. Assumindo para estes dois distritos a mesma proporção de escravos existente no resto do município, podemos acrescentar mais 307 escravos aos 3.139 listados nos mapas disponíveis. Os dados individuais sobre escravos provêm das listas nominativas do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), População, Ordem 79 (Itu), Ordem 113 (Mogi) e Ordem 37 (São Paulo).
- (7) Nossa cifra para o "total provincial" é de cerca de 70% do provável total da população escrava provincial. Ela se baseia em uma compilação de treze das maiores localidades da província em 1829 (a qual também incorporava as cidades do Paraná, que ainda faziam parte da província de São Paulo na época). Excluímos a maioria das cidades do litoral - que estão sendo analisadas por outros pesquisadores, em projetos de longo prazo. Entretanto, estas comunidades eram zonas com uma densidade de população escrava relativamente baixa.
- (8) Os três municípios incluíam tanto as pequenas populações urbanas como todos os distritos rurais até o limite do próximo município. Por esta razão, talvez seja mais apropriado considerá-los como regiões e não como cidades. Esta classificação era típica da América Latina, no século XIX.

dos na África, que participavam com pouco mais de 50% ⁽⁹⁾. Pelas próprias características distintas das várias áreas, nota-se que tal comportamento não se mostrava homogêneo nas três localidades consideradas (ver Tabela 1). Itu mantinha a maior proporção de escravos de origem africana; nesta comunidade metade da população era escrava e, desta, quase metade africana. Nas outras duas comunidades os africanos significavam menos de um quinto da população escrava que, por sua vez, constituía parcela minoritária da população (20% do total em Mogi e 35% em São Paulo). Assim, a proporção de africanos em Itu correspondia à média da província, enquanto em Mogi e na cidade de São Paulo mostrava-se bastante abaixo desta média. Nestas duas localidades predominavam largamente os escravos nascidos no Brasil.

O modelo da "grande lavoura" da economia ituana evidencia-se novamente ao dividirmos a população escrava por sexo e estrutura etária. Encontramos resultados significativamente diferentes dos obtidos nas outras duas áreas. Como o comércio de escravos do Atlântico fazia-se, principalmente, com adultos do sexo masculino ⁽¹⁰⁾, a população africana resultava coerentemente, em média, mais velha, em comparação aos escravos nascidos no Brasil. Além disso, a alta concentração de africanos em Itu explica a proporção elevada de homens na força de trabalho nesta localidade, em contraste com São Paulo e Mogi. No total de 2.888 escravos africanos existentes nas três áreas encontramos elevada proporção de homens: 213 para cada grupo de 100 mulheres. Por outro lado, entre os 3.460 escravos nascidos no Brasil o número de homens e mulheres era praticamente idêntico.

Pelo fato de os africanos existentes no Brasil serem estruturalmente mais velhos que os escravos nascidos no Brasil, o perfil etário em Itu tornava-se muito mais denso nas faixas etárias mais avançadas, quando comparado aos das outras duas localidades (ver Gráfico 1). Esta tendência evidencia-se claramente ao considerarmos a população escrava das três localidades em conjunto (ver Gráfico 2). A idade média dos africanos situava-se na faixa dos 25-29 anos, enquanto a dos nascidos no Brasil ficava entre 15-19 anos.

(9) Havia 11.464 escravos nascidos no Brasil e 13.414 africanos nos treze principais municípios da província. O número de africanos representava 54% dos escravos de origem conhecida e 41% do total de 32.695 escravos nestas três comunidades (LUNA, 1988a, p. 217-221). Em áreas do resto do Brasil diretamente relacionadas com o tráfico, os números de africanos ficavam entre 50% a 60% do total de escravos. No censo do Rio de Janeiro de 1849, por exemplo, 60% dos aproximadamente 110.000 escravos eram africanos. Em 1856, na própria província do Rio de Janeiro encontramos 40% de africanos entre seus 184.000 escravos (SOUZA E SILVA, 1986, p. 95-104). Em uma pequena amostra de escravos lavradores na Bahia, nas principais décadas do século XIX, os africanos representavam, em média, 60% da população (SCHWARTZ, 1985, p. 474).

(10) Vide KLEIN (1987).

TABELA 1
ORIGEM E SEXO DA POPULAÇÃO ESCRAVA DAS LOCALIDADES DE ITU, SÃO PAULO E MOGI
DAS CRUZES EM 1829

	Itu		Total	Mogi		Total	São Paulo		Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Africanos	1.450	559	2.009	190	96	286	324	269	593
Nascidos Brasil	802	801	1.603	286	309	595	650	612	1.262
Desconhecidos	355	205	560	656	601	1.257	662	620	1.282
Total Escravos	2.607	1.565	4.172	1.132	1.006	2.138	1.636	1.501	3.137
Total Proprietários		1.061			1.964				1.745
Total População		8.184		10.550		8.887			

Notas: Em Itu encontramos um escravo sem informação de sexo e em Mogi dois.

Excluímos os três da tabela.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), "População" Ordem 79 (Itu), Ordem 113 (Mogi) e Ordem 37 (São Paulo).

GRÁFICO 1
 ESCRAVOS NASCIDOS NO BRASIL
 (Mogi das Cruzes, Itu e São Paulo, em Conjunto - 1829)

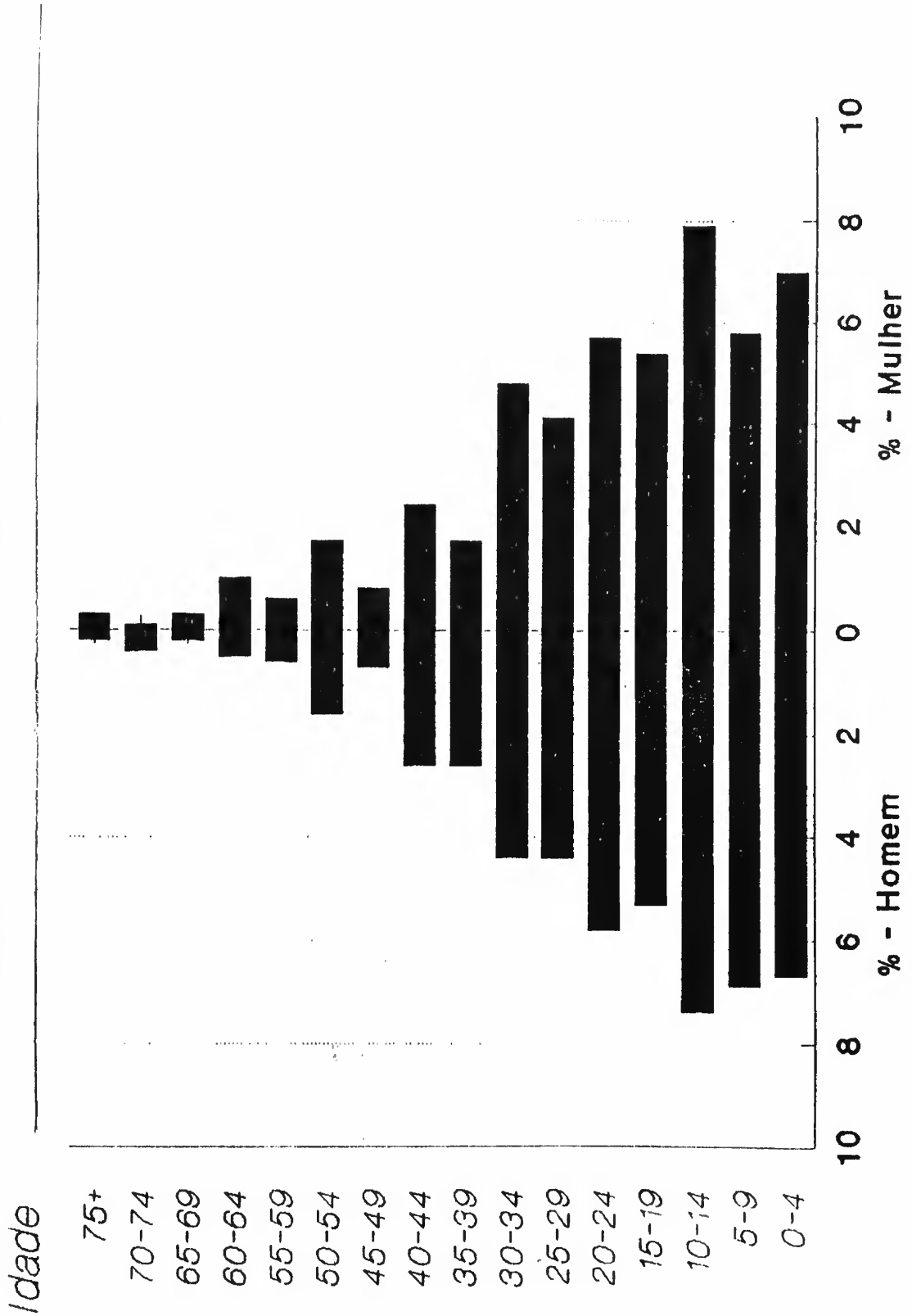
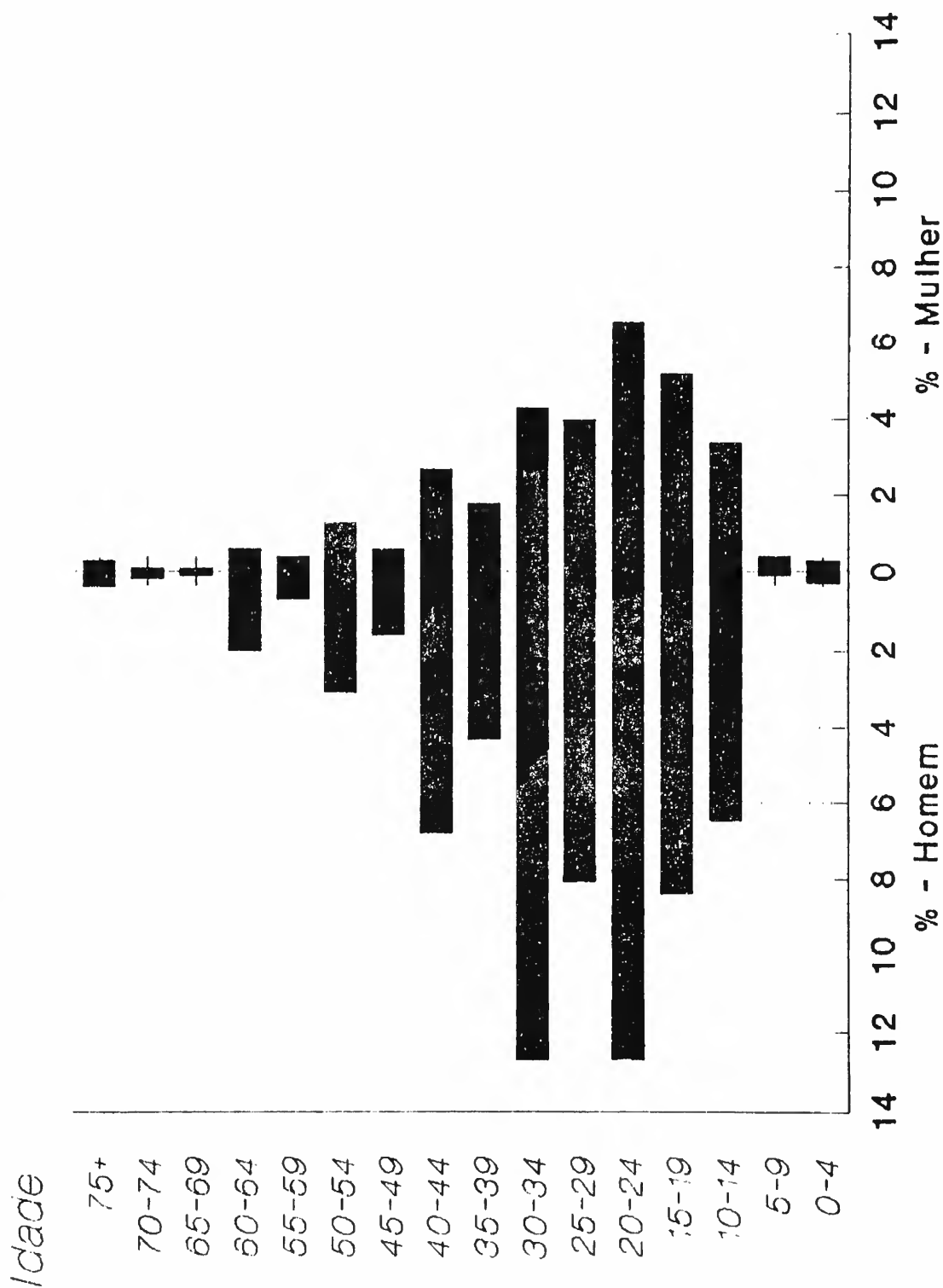


GRÁFICO 2
 ESCRAVOS AFRICANOS
 (Mogi das Cruzes, Itu e São Paulo, em Conjunto - 1829)



Dada a normalidade na estrutura etária e na composição por sexo da população nascida no Brasil, pode-se supor que esta população era capaz de se reproduzir autonomamente. Estudos relativos a Minas Gerais e Paraná sugerem este fato ⁽¹¹⁾. Infelizmente, nas estatísticas demográficas brasileiras, todas as crianças nascidas no Brasil foram classificadas como nativas, mesmo com pais africanos. É, portanto, impossível distinguir, a partir das informações dos censos, o efetivo potencial de reprodução dos dois grupos. Somados os dois grupos, a análise da proporção entre crianças e mulheres (como na Tabela 2), sugere a impossibilidade de a população escrava, como um todo, reproduzir-se por si própria. Mesmo que a consideração a respeito de padrões de mortalidade diferenciados - que por ora não podemos estabelecer - modificasse de alguma forma estes resultados, parece evidente que a população escrava da província de São Paulo não seria capaz de se reproduzir por si própria em 1829.

TABELA 2
RELAÇÃO CRIANÇAS/MULHERES NA POPULAÇÃO ESCRAVA EM 1829
 (Crianças por 1000 Mulheres)

Números e Taxas	Itu	Mogi	São Paulo	Total
Crianças 0-4	269	184	248	701
Crianças 0-9	505	378	508	1.391
Mulheres 15-44	938	569	891	2.398
Mulheres 15-49	968	596	918	2.482
Taxa 0-4/15-44	287	323	278	292
Taxa 0-9/15-44	538	664	570	580
Taxa 0-4/15-49	278	309	270	282
Taxa 0-9/15-49	522	634	553	560
1836 0-9/15-49	666	677	1.024	814

Fonte: A mesma da Tabela 1; o censo de 1835 foi obtido em MULLER (1978, Tabela 5, p. 136-137 e 140).

Pode ter havido, e provavelmente houve, um potencial para o crescimento populacional entre os escravos nascidos no Brasil, mas a importação contínua de africanos adultos mascarou este crescimento em potencial. A expansão da cafeicultura e, conseqüentemente, a intensificação no fluxo de entrada de novos escravos africanos, resultava no aumento do seu peso relativo e compen-

(11) Vide LUNA & CANO (1984); LIBBY & GRIMALDI (1988); e GUTIÉRREZ (1988 e 1987).

sava o modesto crescimento populacional dos escravos nascidos no Brasil. Isto explica a tendência para taxas de crescimento populacional cada vez mais negativas entre os escravos paulistas considerados como um todo, ao longo do século XIX.

Para maior compreensão a respeito do processo de reprodução da população escrava, vejamos a relação crianças/mulheres (ver Tabela 2). Os números encontrados representam, em média, menos da metade daqueles verificados entre a população escrava nos Estados Unidos em 1830, que mostrava a mais alta relação crianças/mulheres entre as populações escravas das Américas no século XIX⁽¹²⁾, e apresentava condições autônomas de crescimento vegetativo positivo. O baixo valor da relação crianças/mulheres em São Paulo estava próximo ao da Jamaica em 1817, região com taxas negativas de crescimento em consequência da presença majoritária de africanos na população escrava⁽¹³⁾. Mesmo assim, os valores são demasiadamente pequenos, provavelmente como resultado da subcontagem de crianças no censo de 1829. Para os três municípios, por exemplo, o censo oficial de 1837, descrito por Muller, acusa taxas ligeiramente superiores às da Jamaica (MULLER, 1978, Tabela 5, p. 132 ff). Igualmente, uma análise recente do censo mineiro não publicado de 1831 revela uma relação crianças/mulheres (0-9/15-49) de 616, para 21.301 escravos em três comunidades. Entretanto, a cidade de Ouro Preto apresentava uma taxa de 429, inferior à de São Paulo (PAIVA, 1989, Tabela 1). Estes resultados sugerem uma estrutura demográfica do regime escravista brasileiro mais semelhante à das Antilhas Britânicas do que à do continente norte-americano, embora estimativas mais precisas a respeito da capacidade de reprodução somente poderão ser obtidas com o conhecimento das taxas de mortalidade e de natalidade.

As listas nominativas manuscritas de 1829 também contêm informações a respeito da situação matrimonial dos escravos, um aspecto da vida escrava, minuciosamente examinado na última década, alterando-se a tendência da literatura tradicional que a ignorava. Estudos recentes revelaram padrões peculiares e surpreendentemente incomuns do sistema escravista brasileiro⁽¹⁴⁾. Uma pesquisa demonstrou a existência de três gerações de famílias em comunidades escravas abertas - isto é, comunidades afetadas

(12) A proporção de crianças menores de dez anos de idade para cada 1.000 mulheres entre 15-19 nos EUA em 1829 era 1.484. Vide STECKEL (1982, p. 241).

(13) A proporção para a Jamaica, a maior população escrava das Antilhas Britânicas, estava na ordem de 399 crianças na faixa de 0-4 anos para cada 1.000 mulheres entre 15-44 anos. Vide HIGMAN (1984, p. 356). Os números situavam-se também consideravelmente abaixo das estimativas para Trinidad em 1813: proporção de 434 crianças escravas na faixa de 0-4 anos para cada grupo de 1.000 escravas entre 15-49 anos (JOHN, 1988, p. 128).

(14) Duas boas pesquisas sobre a literatura tradicional incluem MOTTA (1988a, p. 104-160) e SLENES (1988). Algumas das questões e evidências mais recentes são discutidas em SAMARA (1988), assim como nos artigos citados adiante.

pelo mercado de escravos com migrações freqüentes - e também identificou que a maior parte das vendas de escravos no mercado interno fazia-se em unidades familiares ⁽¹⁵⁾. Ainda mais surpreendente foi a descoberta de altas taxas de casamentos legais entre os escravos paulistas ⁽¹⁶⁾. Nossos resultados, para as três localidades, demonstram uma proporção de casamentos semelhante à verificada em censos mais recentes. Os censos provinciais de 1872 e 1887 em São Paulo, contêm, como casados, respectivamente 29,1% e 22,8% dos escravos adultos, cifras que se aproximavam das encontradas meio século antes. Similarmente, estas três comunidades mostraram os mesmos padrões de casamento e diferenciais entre homens e mulheres relativamente às demais localidades da província em 1829 ⁽¹⁷⁾. Surpreendentemente, as proporções de casamento entre escravos adultos não diferia das relativas à população livre da província, tanto branca como de cor. As uniões consensuais representavam o padrão, pois, em 1872, época do primeiro censo nacional, os casados representavam somente 28,7% dos adultos livres em São Paulo ⁽¹⁸⁾. Estes resultados de São Paulo, no início do século XIX, relativos aos escravos, reproduziram-se também em outras regiões brasileiras. Em Minas Gerais, por exemplo, a proporção dos escravos adultos casados alcançava um terço dos adultos em 1831. Neste caso, entretanto, entre os adultos livres, os casados repre-

(15) Vide o estudo pioneiro de FRAGOSO & FLORENTINO (1987).

(16) Uma forma de verificar se os casamentos entre os escravos revestiam-se de forma legal realizou-se através da análise de diversos documentos, nos quais apareciam dados sobre o mesmo escravo, com a especificação de sua situação matrimonial. A pesquisa demonstrou a consistência da informação, dando legitimidade ao termo constante nas listas nominativas de população, que representa a fonte original básica da maioria dos trabalhos sobre família escrava. Vide METCALF (1989).

(17) SLENES (1976, p. 447, Tabela 9-8). As três comunidades selecionadas não só tinham taxas em comum com as outras treze comunidades do censo de 1829, como também apresentavam taxas similares a estas comunidades em censos anteriores. Vide LUNA (1989). As taxas também se situavam próximas daquelas anotadas para as comunidades do Paraná. Vide COSTA & GUTIÉRREZ (1984). Aqui as taxas de 20% a 24% dos escravos adultos casados representavam a metade da verificada entre as pessoas livres. Segmentados pela cor, notamos não haver diferença entre escravos negros ou mulatos apesar dos negros libertos estarem normalmente na faixa dos 40%, enquanto os brancos casados perfaziam pouco menos de 50% da população livre adulta branca.

(18) *Ibid*, p. 456. A cifra para brancos era de apenas 29,3%, para os mulatos livres 26,7% e para os negros livres 25,5%. Inegavelmente São Paulo mostrava resultados incomuns nestas proporções de matrimônios. Resultados mais típicos obtiveram-se a partir do censo de 1831, de dois ricos municípios do sudeste de Minas Gerais que possuíam 40.000 pessoas livres e 15.000 escravos. Nestas localidades verifica-se que aproximadamente 1/3 dos escravos adultos (pessoas acima de 12 anos de idade) eram casados, em comparação com os 2/3 de adultos livres casados (GUERZONI FILHO & NETTO 1988, p. 499-501).

sentavam mais da metade da população⁽¹⁹⁾. Por fim, na principal área cafeeira paulista, em meados do século XIX, presenciou-se a maior incidência de escravos legalmente casados do Brasil e provavelmente de toda a América⁽²⁰⁾. A razão da elevada proporção de escravos casados em São Paulo e Minas não é fácil de ser compreendida, pois não se verificava em outras áreas do país. No Nordeste, as taxas de casamento de escravos mostravam-se baixas⁽²¹⁾. Também no Rio de Janeiro identificou-se uma proporção de casamentos entre escravos relativamente reduzida⁽²²⁾. Não se pode determinar se o clero mineiro e paulista exerceu maior empenho na instituição do casamento ou se os plantadores locais se preocupavam menos com as implicações do casamento de seus escravos. Contudo, tal padrão manteve-se ao longo de todo o século XIX, conforme comprovam documentos de variados tipos.

Os censos mais recentes de São Paulo mostram, de forma consistente, a correlação entre a proporção de escravos casados e a quantidade de escravos possuída por cada um dos proprietários. Quanto maior o número de escravos de propriedade de um mesmo dono maiores as probabilidades de casamento entre os cativos adultos⁽²³⁾. Considerando-se o desequilíbrio quantitativo existente entre os sexos, não surpreende a ocorrência de maior porcentagem de mulheres casadas do que de homens casados (ver Tabela 3)⁽²⁴⁾.

A correlação entre quantidade de escravos de uma propriedade e a proporção de casamentos sugere uma tendência para os casamentos ocorrerem dentro de suas unidades; neste caso, ampliando-se o número de escravos, aumentava a probabilidade de se encontrar um cônjuge adequado.

-
- (19) GUERZONI FILHO & NETTO (1988, p.501). Um caso especial foi a fazenda jesuíta de Santa Cruz no Rio de Janeiro com 1.347 escravos em 1791. Aqui as taxas de casamento entre os escravos mostravam-se extraordinariamente elevadas: 68% dos adultos homens e mulheres estavam nesta categoria. Somente a natureza especial dos proprietários pode explicar esta taxa extraordinariamente alta e única (GRAHAM, 1976, p. 382-85).
- (20) Esta colocação original desenvolvida por Slenes em sua tese foi muito bem aceita em anos recentes. Vide *ibid*, cap. 9. Num estudo detalhado das plantações de Campinas, em 1872, encontrou taxas ainda mais altas do que as de 1829. Assim, para 76 donos com 1.975 escravos, o total de escravos adultos casados era de 41% (30% dos homens adultos e 62% das mulheres) (SLENES, 1987, p. 225).
- (21) Vide a discussão de SCHWARTZ (1985, p. 382ff).
- (22) KARASCH (1987, p. 289). Em 1839 somente 1,5 casamentos para cada 1.000 escravos eram registrados, comparado com os 9,4 por 1.000 para pessoas livres. Ademais, dada a idade média mais elevada da população escrava, predominantemente africana, estes números seriam proporcionalmente menores para os escravos se somente a população adulta fosse considerada.
- (23) Em Campinas, no ano de 1872, encontrou-se resultado similar (SLENES, 1987), assim como no município paulista de Lorena em 1801; vide COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987, p. 252).
- (24) Esta mesma diferença na proporção de casamentos por sexo dos escravos ocorria nos 15.000 escravos do sudoeste de Minas Gerais, no censo de 1831. Enquanto 28% dos homens adultos (12 anos e mais) eram casados, 47% das mulheres escravas se encontravam nesta categoria (GUERZONI FILHO & NETTO 1988, p. 502).

TABELA 3
TAXAS DE CASAMENTO ENTRE ESCRAVOS (15 ANOS E MAIS) EM SAO PAULO, 1829
 (Em porcentagens)(*)

	Itu (%)		Mogi (%)		São Paulo (%)		3 Localidades (%)		13 Localidades Total (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1-5	17	18	18	20	9	10	14	15	14	17
6-10	17	22	23	33	14	17	17	23	20	26
11-15	20	45	26	38	19	20	21	33	26	30
16-20	25	38	37	37	23	19	26	32	28	36
21-40	28	59	34	52	23	32	28	51	36	34
41+	34	73	25	37	28	23	33	60	43	34
Total (%)	26	48	24	30	16	16	23	32	27	28
Nº (**)	2.065	1.085	805	672	1.149	1.058	4.019	2.815	22.887	

Notas: (*) Casados incluem os listados como "casados" e "viúvos"

(**) Número total de adultos com 15 anos e mais.

Fonte: Idem Tabela 1. Para a análise do total das treze localidades veja-se LUNA (1989, Tabela 3).

Observações referentes a 413 casamentos de escravos nos Estados Unidos, baseadas em pensões requeridas após a guerra civil por viúvas de ex-escravos, mostravam ser maior a probabilidade de casamentos entre cativos de diferentes proprietários à medida que os plantéis tornavam-se menores. Isto pode ser compreendido a partir dos problemas relacionados com a insuficiente disponibilidade de escravos homens elegíveis nos pequenos plantéis. Entretanto, outras pesquisas realizadas, tendo por fonte testamentos e registros das plantações, mostram uma surpreendente correlação negativa entre a quantidade de escravos da propriedade e a fertilidade (pesquisas que infelizmente não fornecem informações suficientes a respeito dos casamentos entre os escravos). Isto não parece ser ocasionado pela pouca disponibilidade de cônjuges homens. Nos dados referentes às localidades aqui estudadas em 1829, nota-se taxas de casamento correlacionadas positivamente com a quantidade de escravos da propriedade, mas a proporção crianças/mulheres não evidencia relação importante com o número de escravos possuídos. Aparentemente, isto sugeriria ser a taxa de fertilidade, nas maiores plantações, menor que nas propriedades menores; resultado coincidente com os obtidos nas estatísticas americanas, que apontam na mesma direção. Porém, com as informações disponíveis, torna-se difícil interpretar a razão deste fato. Steckel sugere a possibilidade de as maiores plantações, sendo mais antigas e mais estáveis (com menos venda de escravos), enfrentarem maiores problemas com o tabu do incesto e, conseqüentemente, apresentarem menor proporção de casamentos entre os escravos e reduzida taxa de crianças/mulheres. Entretanto, não há evidências concretas para confirmar estas suposições ⁽²⁵⁾

Em contraste, uma pesquisa sobre casamentos e uniões consensuais no início do século XIX, nas plantações escravistas das Antilhas Britânicas, encontrou uma correlação entre a proporção de escravos adultos casados e a quantidade de cativos da propriedade, tal como São Paulo em 1829. Como nos Estados Unidos, evidenciou-se também um porcentual relativamente alto de casamentos de escravos, nos quais marido e mulher pertenciam a diferentes proprietários. No caso de Barbados, por exemplo, na década de 1820, cerca de 30% das uniões conjugais envolviam tais casamentos. Entretanto, os resultados de Barbados não esclarecem sobre a eventual existência de correlação entre tais

(25) STECKEL (1982, p. 270, Tabela 12, bem como a discussão sobre estas variáveis na p. 257 ff). Em seu trabalho original sobre o tema, GUTMAN (1976, p. 131), sugere categoricamente que a permissão para o casamento dos escravos fora de suas unidades estava basicamente relacionada à indisponibilidade de homens nas unidades menores. Nas unidades maiores tais matrimônios não se constituíam em norma. Também realça as relações pré-nupciais ou o que os outros qualificam de casamentos experimentais - como padrão para uma importante minoria de escravas, *ibid*, p. 60 ff.

matrimônios e a quantidade de escravos na propriedade. Por fim, resultados para as Antilhas Britânicas das décadas de 1810 e 1820 diferem substancialmente dos nossos referentes à província de São Paulo em 1829, pois mostram os escravos africanos com um acesso menor ao casamento do que os escravos nativos (HIGMAN, 1975, p. 369-371).

No caso brasileiro, os poucos trabalhos que trataram da questão parecem indicar a pouca freqüência dos casamentos entre escravos de diferentes donos ⁽²⁶⁾. Entretanto, devem ter ocorrido nas pequenas propriedades uniões familiares estáveis e, talvez, matrimônios legais, pelas mesmas razões apresentadas no caso norte-americano. É provável que a correlação entre tamanho da propriedade e casamento estivesse particularmente relacionada com a maior disponibilidade de parceiros masculinos em potencial. Por fim, os poucos dados disponíveis nos estudos brasileiros mais recentes sugerem pouca diferença entre as taxas de casamento de escravos africanos e nascidos no Brasil e, se alguma diferença houve, seria uma maior proporção de casamentos entre os escravos africanos do que entre os nascidos no Brasil ⁽²⁷⁾.

Um aspecto evidenciado pelos dados aqui analisados é a forte presença dos escravos africanos na agricultura comercial. Assim, verificamos que os proprietários dedicados à produção açucareira possuíam aproximadamente 30% da totalidade dos escravos e mais da metade dos africanos. (vide Tabela 4). Isto significa que os africanos situavam-se nos maiores agrupamentos de escravos, tais como as fazendas de açúcar ⁽²⁸⁾. Porém, ao considerarmos apenas as culturas não açucareiras, desaparece a relação entre a origem dos escravos (africanos e nascidos no Brasil) e o porte da propriedade. A correlação identificada entre o tamanho do proprietário e sua vinculação à atividade açuca-

(26) Um dos poucos estudos existentes baseou-se em dados do município de Santana do Parnaíba, próximo à atual cidade de São Paulo. Dos 569 casamentos de escravos ocorridos entre 1726 e 1820, aproximadamente 93% eram entre escravos de um mesmo dono. Embora 30% dos casamentos de escravos acontecessem entre escravos e pessoas livres, ainda assim mantém-se o padrão geral, pois geralmente o cônjuge livre era empregado do dono do escravo. Por fim, no pequeno número de casos de casamentos entre escravos de diferentes proprietários (denominados *broad marriages* pela historiografia dos Estados Unidos), verificou-se que os diferentes proprietários mantinham entre si algum tipo de relação pessoal (METCALF, 1989, p. 55-56). Slenes encontrou o mesmo resultado em seu estudo sobre um grupo de plantações de Campinas no censo de 1872. Vide SLENES (1987, p. 220).

(27) De fato, pelos dados das três localidades, 32% dos escravos africanos adultos eram casados, comparado com os 27% dos escravos adultos nascidos no Brasil.

(28) Enquanto 56% de todos os escravos nas três comunidades pertenciam a grupos de 15 ou menos escravos, apenas 43% dos africanos pertenciam a tais grupos. Por outro lado, 24% dos africanos nas três localidades pertenciam a grupos de 41 ou mais escravos, contra 16% do total de 9.449 escravos das três comunidades.

reira permite entender porque os proprietários de escravos de Itu apresentavam em média 11 escravos por proprietário, enquanto os senhores das outras duas localidades possuíam, em média, a metade desse valor. Como resultado, em Itu encontramos mais da metade dos escravos em plantéis de 21 ou mais escravos, enquanto a mediana na posse de escravos, nas outras duas localidades, situava-se na faixa dos 6 a 10 escravos (vide Tabela 5). Se considerarmos os escravos das três localidades agregadamente, verificamos que o peso de Itu influencia os resultados no tocante à posse de escravos do conjunto. Assim, embora nesse agregado de 1.477 senhores a média de escravos por proprietário fosse apenas 6, encontramos mais de um terço dos cativos em plantéis superiores a vinte escravos, evidenciando a importância da emergente agricultura comercial na província de São Paulo. Em contraste, uma pesquisa referente ao início do século XVIII em Minas Gerais, com um contingente 2.120 proprietários de escravos, mostrou uma situação diferente. Embora a média de escravos possuídos nessas propriedades situasse pouco abaixo de 7, somente uma pequena porcentagem dos cativos encontrava-se em unidades acima de vinte escravos⁽²⁹⁾.

TABELA 4
OCUPAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E ORIGEM DOS ESCRAVOS PARA O
TOTAL DAS TRÊS LOCALIDADES
 (Em Porcentagem)

Atividades	Africanos	Nascidos Brasil	Desconhecidos	Total
Produção de Açúcar	52,5	33,8	15,9	33,9
Produção de Aguardente	1,7	5,7	4,8	4,1
Cultivo de Cana	4,9	1,0	0,3	2,0
Cultivo de Café	0,0	3,6	7,2	3,6
Gêneros Subsistência	16,6	22,6	28,1	26,1
Atividades Não Agrícolas	24,3	23,3	43,6	30,3
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (Nº)	2.803	3.130	2.860	8.793

Nota: Para 654 escravos não foi possível identificar a atividade do proprietário.

Fonte: Idem Tabela 1.

(29) LUNA (1983, p. 30). No conjunto das quatro localidades mineradoras de Minas Gerais em 1718, os 2.120 proprietários de escravos possuíam, em média, 6,9 escravos cada; porém, apenas 27% dos escravos eram possuídos por senhores com 21 ou mais cativos.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS POR TAMANHO DO PROPRIETÁRIO
NAS TRÊS LOCALIDADES EM 1829

Faixa de Nº Escravos	Itu		Mogi		São Paulo		Total	
	N	% Acum.	N	% Acum.	N	% Acum.	N	% Acum.
1-5	503	(12)	790	(37)	1.081	(34)	2.374	(25)
6-10	417	(22)	531	(62)	845	(61)	1.793	(44)
11-15	452	(33)	296	(76)	416	(75)	1.164	(56)
16-20	442	(44)	119	(82)	204	(81)	765	(64)
21-40	1.137	(71)	262	(94)	403	(94)	1.802	(84)
41+	1.222	(100)	140	(100)	190	(100)	1.552	(100)
Total	4.173		2.138		3.139		9.450	

Fonte: Idem Tabela 1.

Esta importância dos maiores proprietários na posse de escravos parece relacionar-se, especificamente, com a natureza agrícola da sociedade paulista. Já em 1804, uma pesquisa em dez municípios com mais de 17.000 escravos e 2.827 proprietários - incluindo Itu e Mogi das Cruzes, mas não São Paulo - identificou uma estrutura de distribuição de escravos quase idêntica à de 1829. Apesar de a média ser de 6 escravos por senhor, 26% dos cativos situavam-se em grupos de 5 ou menos, e 14% em segmentos de 20 ou mais⁽³⁰⁾. Pode-se assumir, apesar da falta de dados censitários para períodos posteriores, que esta concentração de escravos em propriedades maiores se ampliaria ao longo daquele século, pois o modelo de grande produção comercial de açúcar verificado em Itu se transformava, também, no padrão das novas propriedades cafeeiras que se desenvolviam em outros municípios da província⁽³¹⁾. Enquanto as fa-

(30) LUNA & COSTA (1983, p. 211-221). As porcentagens de escravos foram calculadas a partir do ponto médio das estimativas da Tabela 4 desse artigo.

(31) Um indício desse fato pode ser identificado na distribuição de escravos encontrada na cafeicultura já neste período inicial. Assim, no município paulista de Jacaré, onde 58% dos 1.298 escravos se engajavam na produção de café neste período, apenas 9% dos escravos na cafeicultura eram mantidos em grupos de 5 ou menos cativos, enquanto 50% ficavam em grupos de 21 ou mais (LUNA, 1988b, p. 32-34). Curiosamente, uma análise de um censo populacional similar de 1825, não publicado, para uma importante zona pecuária em dois municípios do sul, numa área do atual Estado do Paraná, também exibiu este padrão de concentração de escravos em unidades maiores, diferentemente do identificado em áreas não produtoras de café ou açúcar. Verificou-se que nas propriedades de gado, 2,5% dos escravos ou menos eram encontrados em unidades de 4 ou menos escravos, enquanto 39% situavam-se em unidades de 20 escravos ou mais (GUTIÉRREZ, 1989, p. 15)

zendas dedicadas ao cultivo de gêneros alimentícios em geral possuíam, em média, 5 escravos por unidade, nas plantações açucareiras de Itu e Mogi das Cruzes a unidade produtiva possuía, em média, 26 a 28 cativos (vide Tabela 6). Mesmo na indústria de aguardente, considerada em geral uma produção secundária, encontramos grandes unidades na província de São Paulo. Em Mogi, por exemplo, tais agricultores, com média de 11 escravos possuídos, detinham, em conjunto, uma participação significativa dos cativos do local (13%). Em fazendas produtoras de alimentos, as unidades médias apresentaram metade deste número de escravos. Em Mogi e São Paulo, com uma produção de gêneros alimentícios mais significativa do que em Itu (absorvendo 50% do total da população escrava no primeiro município e 28% no segundo, comparado com apenas 14% de Itu), encontramos, em média, apenas 4 escravos por unidade.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS NA AGRICULTURA NAS TRÊS LOCALIDADES EM 1829

	Itu		Mogi		São Paulo	
	Média Escr.	N Propriet.	Média Escr.	N Propriet.	Média Escr.	N Propriet.
Produção de Açúcar	26,3	113	28,0	2	11,3	3
Produção de Aguardente	6,0	1	10,9	26	15,1	7
Cultivo de Café	5,0	1	6,5	58	1,0	1
Gêneros de Subsistência	5,1	94	4,0	265	5,3	140
Atividades Não Agrícolas	3,7	162	3,2	106	4,1	420
Total	11,0	371	4,7	457	4,6	571
Desvio Padrão	15,3		6,6		4,9	
Total Escravos	4.067		2.130		2.606	

Notas: (*) Casados incluem os listados como "casados" e "viúvos".

(**) Número total de adultos com 15 anos e mais.

Fonte: Idem Tabela 1. Informações perdidas: Itu (9); Mogi (4) e São Paulo (67).

Embora os números para a força de trabalho por engenho sejam consideravelmente altos em Itu e Mogi, representam, de fato, valores relativamente baixos, se comparados com os padrões das plantações brasileiras de açúcar daquele período. Na Bahia, centro da mais avançada da produção açucareira do Brasil no começo do século XIX, os engenhos de açúcar possuíam em média 66 escravos por propriedade entre 1816-1817; mesmo no Rio de Janeiro, no fi-

nal do século XIX, a média situava-se em 36 escravos por propriedade (COSTA, 1988, p. 113; SCHWARTZ, 1985, p. 446). Estas cifras indicam que as plantações de açúcar existentes em Itu, de grande importância para a província, apresentavam reduzido porte para os padrões das demais áreas açucareiras no Brasil.

Nas plantações comerciais predominavam, em geral, unidades com número de escravos superior ao encontrado em propriedades envolvidas com outras atividades econômicas. Assim, a média dos comerciantes proprietários de escravos destas três localidades (vide Tabela 7) resultou 5, enquanto para os artesãos donos de escravos o número médio por unidade alcançou 2 a 3 escravos. Em relação aos proprietários envolvidos em atividades de transporte (em sua maioria arrieiros), a média elevou-se para 6 a 8 escravos. Infelizmente, no caso de proprietários de escravos que exerciam posições relevantes naquela sociedade, tais como membros das Forças Armadas, clérigos, profissionais liberais ou funcionários da administração pública, as informações contidas nas listas nominativas não permitem uma análise apropriada a respeito do tipo predominante de utilização dos escravos em atividade tais como: trabalhadores domésticos, artesãos ou lavradores. Quando, além desse tipo de atividade, especificava-se uma segunda ocupação ao proprietário consideramos aquela mais diretamente relacionada à produção. As categorias ocupacionais voltadas à administração, à Igreja e serviços tinham pouca relevância no tocante à posse de escravos em Mogi das Cruzes (3%) e Itu (5%). Entretanto, a situação modificava-se em São Paulo, onde 28% dos escravos pertenciam a indivíduos nessa situação.

Ao examinarmos as informações referentes aos proprietários de escravos, notamos certas tendências. Somente um terço dos chefes de fogo em cada uma dessas localidades possuía escravos. Dentro deste pequeno grupo constituído de senhores, os homens controlavam entre dois terços e quatro quintos do total de cativos em cada uma das localidades e 73% dos escravos se consideramos as três áreas em conjunto (vide Tabela 8). Embora minoritárias, as mulheres apresentavam um peso relativo no total de escravos possuídos, proporcionalmente a sua participação no conjunto dos proprietários: representavam 26% dos senhores e controlavam aproximadamente 21% dos cativos. Nota-se, entretanto, uma profunda diferença quanto à independência econômica entre homens e mulheres, como se observa pelo exame do estado civil e ocupações exercidas pelos dois segmentos.

TABELA 7
NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO E POR
ATIVIDADE DO PROPRIETÁRIO

	Itu		Mogi		São Paulo	
	Média Escr.	N Propriet.	Média Escr.	N Propriet.	Média Escr.	N Propriet.
Agricultura	16,3	214	5,0	352	5,8	154
Artesanais	1,8	41	2,2	38	2,5	90
Clérigos	2,4	11	3,4	9	4,0	25
Funcionários Públicos	3,0	2	2,5	4	5,0	22
Oficiais Militares	1,5	2			5,2	61
Profissionais Liberais	3,9	9	3,0	1	3,3	19
Capitalistas	4,8	31	3,5	2	6,6	24
Comércio	4,5	41	4,6	41	4,9	108
Transporte	6,4	11	1,0	1	8,2	5
Serviços em Geral					2,0	1
Diaristas			1,3	3	4,5	2
Não Classificados	2,4	9	1,7	6	2,4	60
Total	11,0	371	4,7	457	4,7	571
Número de Escravos	4.067		2.130		2.606	

Notas: Havia o seguinte número de informações perdidas: Itu (9); Mogi das Cruzes (4) e São Paulo (67).

Fonte: Idem Tabela 1.

O tipo de atividade produtiva, na qual se utilizavam os cativos, exerceu profunda influência na posse de escravos. Sem dúvida, a especial importância da produção açucareira em Itu influenciou sobremaneira a forma como os cativos se distribuíam entre senhores. Nesta localidade, encontramos metade dos proprietários de escravos existentes na cidade de São Paulo. Entretanto, a população escrava em Itu era superior (em mais de mil pessoas) àquela existente em São Paulo. Como em Itu a média de escravos possuídos correspondia ao dobro daquela verificada em São Paulo, pode-se entender os resultados obtidos com o índice de *Gini* - quando o utilizamos para medir a concentração na posse de escravos - substancialmente maior em Itu, comparativamente a São Paulo, indicando, portanto, maior concentração na primeira⁽³²⁾. Curiosamente, Mogi das

(32) Igual padrão de maior desigualdade na posse de escravos também identificou-se no censo de 1829 no recém-formado município cafeeiro de Bananal - um dos primeiros nas zonas paulistas de café. Neste município, os 195 senhores de escravos possuíam, em média, 11,7 escravos, e o índice de *Gini* resultou 0,657 - semelhante ao de Itu (MOTTA, 1989, p. 2-5).

Cruzes, área dominada pela cultura de gêneros alimentícios, e São Paulo, com características fortemente urbanas, produziram coeficientes de concentração de escravos praticamente idênticos.

TABELA 8
NÚMERO DE ESCRAVOS POR SEXO E CONDIÇÃO DO PROPRIETÁRIO
NAS TRÊS LOCALIDADES, EM 1829

	Itu		Mogi		São Paulo		Total	
	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.
Masculino	3.107	267	1.657	369	2.130	439	6.894	1.075
Feminino	862	106	363	90	780	193	2.005	389
Herança	25	1					25	1
Ordens Religiosas	42	2	118	2			160	4
Pessoa Jurídica	137	4					137	4
Não Consta					229	6	229	6
Total (Escr. e Prop.)	4.173	380	2.138	461	3.139	638	9.450	1.479
Média de Escravos por Proprietário	11,0		4,6		4,9		6,4	
Desvio Padrão	15,3		6,6		7,3		10,2	
Índice de Gini para Distr. Escravos entre Proprietários	0,610		0,524		0,513		0,583	
Total Chefes Fogo	1.061		1.964		1.745		4.770	
% Fogos com Escravos	36		23		37		31	
Índice de Gini para Distr. Escravos entre Chefes de Fogo	0,860		0,888		0,822		0,871	

Fonte: Idem Tabela 1.

Estas diferenças relativas no índice de concentração entre as três localidades diminuem ao incluirmos todos os fogos e não somente aqueles com es-

cravos. Nas três áreas os fogos com escravos constituíam um universo minoritário. Por esse novo critério de medida encontramos um padrão de concentração bastante elevado, sugerindo ser a posse de escravos em si determinante, na prática, de uma característica de elite. Entretanto, existe alguma diferenciação nos resultados das três comunidades. São Paulo representou a área de menor concentração e Itu constitui, à primeira vista, uma surpresa, apresentando um índice de Gini menor do que Mogi. Isto se deve provavelmente ao fato de a posse de escravos em Itu encontrar-se mais disseminada entre a população como um todo. Dessa forma, o peso dos não proprietários resultava menor, refletindo-se em um índice de concentração também menor.

Aprofundando o exame das características dos proprietários de escravos notamos diversas especificidades deste grupo de pessoas livres. Em primeiro lugar, uma idade média consideravelmente alta, comparativamente aos demais grupos da população, inclusive escravos africanos. Em geral, a média de idade dos senhores, homens ou mulheres, situava-se em torno dos 45 anos⁽³³⁾. Este resultado, aparentemente incomum, não deve ser considerado inesperado, pois a posse de escravos constituía um empreendimento oneroso, do qual apenas uma minoria da população conseguia participar. Os escravos representavam, inequivocamente, um ativo acumulado ao longo de uma vida de rendimentos e, embora as heranças constituíssem uma importante fonte de obtenção de escravos, jovens herdeiros não assumiam a posse de seus bens até alcançar um período relativamente avançado de suas vidas. Estas três localidades parecem diferir de outras no Brasil, neste período, pelo fato de, aparentemente, não haver correlação significativa entre a idade do senhor e o número de escravos possuídos - isto é, o efeito do acúmulo de riqueza na forma de escravos através do tempo não se mostra presente nas áreas consideradas⁽³⁴⁾.

(33) Os proprietários do sexo masculino apresentavam idade média (45 a 47 anos) um pouco inferior às proprietárias (48 a 52 anos).

(34) COSTA & NOZOE (1989, p. 16-17). Os autores encontraram correlação positiva entre o número médio de escravos possuídos e a faixa etária dos donos, se excluídos os grandes proprietários ou seja, aqueles com 25 ou mais escravos -, já que estes escravos foram provavelmente herdados e não comprados. Nos nossos dados, mesmo excluindo-se os escravos pertencentes aos senhores com 25 ou mais cativos, a correlação entre a idade dos proprietários e a quantidade de escravos possuídos em Itu ainda resultava insignificante (-0,0189). Tampouco encontrou-se um resultado significativo em qualquer das três localidades, quando se excluíam as mulheres. Porém, os números que os autores acima encontraram para a idade média de senhores de escravos (49,3 anos) aproximam-se dos nossos para 1829 (*ibid*, p. 2).

Os censos fornecem indícios interessantes quanto às ocupações exercidas pelas mulheres proprietárias de escravos. Encontramos grande proporção de mulheres solteiras ou viúvas com participação superior as 90% entre as proprietárias, enquanto entre os homens o percentual de casados alcançava dois terços de seus membros (vide Tabela 9). Como os proprietários dos dois sexos possuíam idade média semelhante, esta diferença no estado civil sugere a possibilidade de maior participação de heranças como fonte de obtenção de escravos entre as mulheres do que entre os homens e que as mesmas não atuavam, de modo geral, como agentes economicamente independentes. Deve-se chamar a atenção para uma importante exceção ao padrão encontrado para as proprietárias. Trata-se das artesãs, quase exclusivamente costureiras, normalmente solteiras, proprietárias de escravos empregados presumivelmente como artífices ou ajudantes. Este grupo pode ser encontrado nas três localidades, mas mostrava-se particularmente importante em São Paulo e Mogi.

TABELA 9
IDADE E ESTADO CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NAS
TRÊS LOCALIDADES EM 1829

	Itu		Mogi		São Paulo	
	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.	Escr.	Prop.
Homens	3.107	267	1.657	369	2.130	439
Casados	2.731	217	1.415	306	1.317	258
Solteiros	124	28	140	39	541	137
Viúvos	215	21	102	24	196	40
Desconhecidos	37	1	0		76	4
Mulheres	862	106	363	90	780	193
Casadas	19	7	19	9	17	6
Solteiras	116	37	40	12	202	75
Viúvas	727	62	304	69	537	108
Desconhecidas	0		0		24	4
Total	3.969	373	2.020	459	2.910	632

Fonte: Idem Tabela 1.

As mulheres costureiras (50) ou tecelãs (3) representavam mais de um quarto das proprietárias de escravos em São Paulo, com média de 2,4 escravos. Entre estas mulheres encontramos 30 solteiras, 23 viúvas e 3 casadas. Apesar de as mulheres também controlarem estas atividades em Mogi das Cruzes, nesta área de características mais rurais as viúvas predominavam (21 casos), seguidas pelas casadas (5). Havia 11 mulheres nessas duas atividades em Itu e, surpreendentemente, o padrão assemelhava-se ao de São Paulo, com 8 solteiras. Embora signifiquem números relativamente modestos, estes resultados refletem uma tendência para as mulheres se estabelecerem como artesãs independentes nessas atividades; proprietárias de escravos por seus próprios meios, em contraste com o padrão dominante na camada rural, na qual as proprietárias de escravos, em geral viúvas, eram provavelmente herdeiras de seus maridos e ou tutoras de seus filhos.

Como se comparam estes padrões demográficos e de posse de escravos com outras zonas do Brasil em fins do século XIX e início do século XIX? Verificamos que o tamanho da propriedade açucareira nestas três localidades, em termos de seu componente de trabalho escravo, diferia dos centros mais dinâmicos de produção de açúcar no país. Ainda assim, no geral, a média de escravos possuídos reproduzia os padrões observados no resto do Brasil, assim como seu grau de concentração (vide Tabela 10). Mesmo na Bahia, consideradas as plantações não açucareiras, a média entre os proprietários alcançava 7 escravos por unidade. Nesse aspecto, Itu, com sua alta concentração na posse de escravos e plantações de açúcar, destaca-se da norma geral, com média relativamente alta de 11 escravos.

A análise dos resultados obtidos nas três localidades da província de São Paulo, em 1829, bem como os referentes a outras comunidades brasileiras, indica que o padrão de propriedade de escravos, na região centro-sul do Brasil no início do século XIX, assemelhava-se ao padrão norte-americano. Algo em torno de um quarto a um terço das famílias livres possuía escravos, e era proprietária de uma quantidade média de escravos relativamente pequena. Neste aspecto, as duas zonas continentais diferiam do sistema agrícola existente nas Antilhas. Embora o au-

mento na importância relativa da cultura cafeeira provocasse um crescimento acentuado no tamanho médio das plantações, estas novas unidades apenas se aproximavam, no tamanho, dos engenhos nordestinos de açúcar e das plantações de algodão norte-americanas, sendo nessa época significativamente menores que as propriedades açucareiras das Antilhas. Um aspecto que merece realce é a importância dos agricultores não proprietários de escravos, que significavam uma das características marcantes tanto no sistema escravista brasileiro como no norte-americano.

TABELA 10
COMPARAÇÃO DE INDICADORES DA POSSE DE ESCRAVOS EM LOCALIDADES SELECIONADAS DO BRASIL

Localidade	Tamanho Médio do Proprietário	Índice de Gini para a Distr. Escravos entre Proprietários
Lorena (SP) 1804	5,8	0,56
Sorocaba (SP) 1804	5,0	0,54
Bahia 1816/17	7,2	0,59
Vila Rica (MG) 1804	3,7	0,50
Congonhas e Sabará (MG) 1790	4,5	0,54
São Caetano (MG) 1804	6,5	0,57
Curitiba (SP/PR) 1824	5,6	0,53

Nota: SP (São Paulo); MG (Minas Gerais); PR (Paraná).

Fonte: Modificada da Tabela 2 de COSTA & NOZOE (1989); e de LUNA (1981, p. 127).

Entretanto, São Paulo apresentava mais semelhanças com as Antilhas do que com o sistema norte-americano na estrutura demográfica da população escrava. A predominância dos escravos africanos em São Paulo, em contraste com sua posição menos importante nos Estados Unidos, teve significativo impacto nas idades médias, proporções entre os sexos e, sobretudo, na sua capacidade de reprodução. São Paulo, na época, destacava-se como uma zona especialmente desequilibrada pela forte

presença masculina, pela idade elevada da população escrava e, conseqüentemente, pela menor capacidade de reproduzir-se nas décadas seguintes. Nesse sentido, São Paulo apresentava características bastante diferentes em relação a Minas Gerais e Paraná e, provavelmente, de muitas partes do Rio de Janeiro. Nestas regiões, níveis mais baixos de entrada de africanos nesse período implicavam a possível obtenção de taxas de crescimento vegetativo positivas para a população escrava residente.

São Paulo representa um caso incomum, até mesmo para os padrões brasileiros, na ocorrência de casamentos entre escravos, muitos dos quais formalizados e legalmente reconhecidos. Provavelmente em nenhum outro regime escravista das Américas existiu tantos escravos casados legalmente e em poucas províncias brasileiras encontram-se níveis tão elevados de casamentos entre escravos, quase iguais aos da população livre, tanto branca como negra. Ademais, a correlação existente entre a quantidade de escravos na propriedade e as taxas de casamento poderia aparentemente sugerir altas taxas de uniões dentro da própria propriedade, com correlação inversamente proporcional à quantidade de escravos por senhor. Nos Estados Unidos aparentemente existe maior tendência de uniões entre escravos de propriedades distintas. No estágio atual da pesquisa deste tema, não há possibilidade de se estabelecer a razão desta diferença entre São Paulo e Estados Unidos nos padrões de casamentos dentro e fora da própria propriedade através da informação de que nas duas áreas o tamanho médio na posse de escravos apresentava números relativamente homogêneos. Em São Paulo, as evidências quanto à existência de correlação positiva entre o tamanho do plantel e as taxas de casamento parecem melhor explicadas pela disponibilidade de cônjuges apropriados, fator reforçado pelas elevadas discrepâncias entre as taxas de casamento para os homens e para as mulheres.

Esta pesquisa preliminar das amostras de 1829 indica a ocorrência, no centro-sul do Brasil, de um complexo sistema escravista, compartilhando vários aspectos formais com outros sistemas que existiram nas Américas, mas ao mesmo tempo possuindo diversos padrões singulares de desenvolvimento, mesmo no contexto da escravidão brasileira. Esperamos que o estudo forneça aos leitores uma visão de aspectos relevantes das pesquisas em andamento no Brasil sobre a escravidão no século XIX.

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. 2ª ed. São Paulo, IPE-USP, Ensaios Econômicos nºs. 14 e 14A, 1981.
- COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 28: 111-113, 1988.
- _____. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo, EDEC, 1982.
- _____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, Ensaios Econômicos nº 1, 1979.
- _____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. Dissertação de mestrado, FEA-USP, 1977.
- _____. & GUTIÉRREZ, Horacio. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo, 1985.
- _____. Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná. *História: Questões e Debates*, 5 (9): 313-321, 1984.
- COSTA, Iraci del Nero da. & NOZOE, Nelson Hideiki. *Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP), Ouro Preto, jul. 1989.
- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17 (2): 245-295, maio/ago. 1987.
- DEAN, Warren. *Rio Claro, a brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford, 1976.
- FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, 17 (2): 151-173, maio/ago. 1987.
- GRAHAM, Richard. Slave families on a rural estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History*, 9 (3): 382-402, 1976.
- GUERZONI FILHO, Gilberto & NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais índices de casamento da população livre e escrava na comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, 18 (3): 497-507, set./dez. 1988.
- GUTIÉRREZ, Horacio. *Escravidão e fazendas de gado no Paraná durante a primeira metade do século XIX*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP), Ouro Preto, jul. 1989.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, 8 (16): 161-187, 1988.

- _____. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, 17 (2): 297-314, maio/ago. 1987.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery & freedom, 1750-1925*. New York, 1976.
- HIGMAN, B. W. *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1984.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais*. Rio de Janeiro, 1987.
- JOHN, A. Meredith. *The plantation slaves of Trinidad, 1783-1816*. Cambridge, 1988.
- KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, 1987.
- KLEIN, Herbert S. A Demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, 17 (2): 129-149, maio/ago. 1987.
- LIBBY, Douglas Cole & GRIMALDI, Marcia. Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista. Minas Gerais no século XIX. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*, Olinda, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal. *Observações sobre casamentos de escravos em treze localidades de São Paulo (1776, 1804 e 1829)*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP), Ouro Preto, jul. 1988.
- _____. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo - 1829. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*, Olinda, 1988a.
- _____. Estrutura de posse de escravos e atividades produtivas em Jacaref (1777-1829). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 28: 23-35, 1988b.
- _____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais. In: MUNIZ BARRETO, A. E. *et al.*, *História Econômica*, São Paulo, Ensaio, IPE-USP, 1983.
- _____. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo, IPE-USP, Ensaio Econômicos nº 8, 1981.
- _____. *Minas Gerais: escravos e senhores*. Tese de doutorado, FEA-USP, 1980.
- _____ & CANO, Wilson. La reproducción natural de los esclavos en Minas Gerais. *HISLA Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social*, 4: 129-139, Lima, 1984.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 211-221, jan./abr. 1983.
- _____. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982.
- MARTINS, Roberto B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de Vanderbilt, 1980.
- MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto B. Slavery in a nonexport economy: nineteenth century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63 (3): 587-568, ago. 1983.
- MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil, 1550-1888*. São Paulo, Brasillense, 1982.

- MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 151-179, jan./abr. 1983.
- _____. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro - 1850-1888. *Revista Brasileira de Economia*, 32 (1): 19-67, 1978.
- _____. *The economics of labour in brazilian coffee plantations, 1871-1888*. Tese de doutorado, Universidade de Chicago, 1977.
- METCALF, Alida C. *The slave family in Colonial Brazil: a case study of São Paulo*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP), Ouro Preto, jul. 1989.
- _____. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Econômicos*, 17 (2): 229-243, maio/ago. 1987.
- MOTTA, José Flávio. *Estrutura da posse de escravos em Bananal (1801-1829)*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP), Ouro Preto, jul. 1989.
- _____. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões e Debates*, 8: 104-160, jul. 1988a.
- _____. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 5 (1): 71-101, 1988b.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'un quadro estatístico da província de São Paulo*. 3ª ed. facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Coleção Paulística, 11).
- PAIVA, Clotilde. *A natalidade de Minas Gerais no século XIX; algumas hipóteses*. Trabalho apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina (IUSSP). Ouro Preto, jul. 1989.
- _____. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, Iraci del Nero da. (ed.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, IPE-USP, 1988.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil: escravos e libertos. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*, Olinda, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of brazilian society, Bahia, 1550-1835*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: história da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, 8 (16): 189-203, 1988.
- _____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, 17 (2): 217-227, maio/ago. 1987.
- _____. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado, Universidade de Stanford, 1976.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império (1870)*. 2ª ed. São Paulo, IPE-USP, 1986.

STECKEL, Richard H. The fertility of American slaves. *Research in Economic History*, VII: Greenwich, Ct., 1982.

STEIN, Stanley J. *Vassouras. A brazilian coffee county, 1850-1890*. 2ª ed. New York, Atheneum, 1970.

(Originais recebidos em novembro de 1989. Revisitos pelos autores, em junho de 1990).